

Os avestruzes epistemológicos de cérebro antipopperiano e o drama político-econômico do Antropoceno

Gustavo Rick Amaral¹

Resumo: Este breve ensaio defende uma concepção de Antropoceno como uma condição histórica que marca o declínio do antropocentrismo (moderno). O Antropoceno é a condição histórica na qual tomamos conhecimento da distância entre a racionalidade idealizada que é essencial ao antropocentrismo moderno e uma versão mais realista de nossa racionalidade que está emergindo de pesquisas empíricas. Nas últimas décadas, estudos empíricos no campo das ciências cognitivas e da psicologia experimental têm desenvolvido modelos de racionalidade que contrastam com as versões mais idealizadas que viemos cultivando desde o Iluminismo. O contraste não é novo. Já tinha sido antecipado por Freud e pela tradição psicanalítica no âmbito da cultura ocidental. O que é novo é o acúmulo de evidência que sustenta uma concepção mais descritiva (e menos normativa) da razão humana. Esta abordagem mais descritiva (baseada em pesquisa empírica) é chamada de “racionalidade limitada” e é o motor fundamental do declínio do antropocentrismo de acordo com nossa concepção de Antropoceno neste ensaio.

Palavras-chave: Antropoceno. Antropocentrismo. Racionalidade humana. Racionalidade limitada.

¹ Doutor pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (2014) da PUC/SP e mestre pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica (2009) também da PUC-SP. É autor do livro “Os avanços da ciência podem acabar com a filosofia?” em parceria com o físico Ronaldo Marin (editora Estação das Letras e Cores, 2020). É professor dos cursos de Comunicação Social da Universidade Anhembí-Morumbi. Foi coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) no período 2015-2016. Foi professor no curso de Comunicação Social e do curso de Filosofia da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) no período 2012-2016. É pesquisador do Centro Internacional de Estudos Peirceanos (CIEP/PUC-SP) e do grupo de pesquisa Transobjeto (dedicado ao estudo da relação entre o realismo especulativo e o realismo peirceano). ORCID: orcid.org/0000-0002-0063-6119. E-mail: gustrick@gmail.com.

The epistemological ostrich of the antiPopperian brain and the political-economic drama of the Anthropocene

Abstract: This short essay argues for a conception of Anthropocene as a historical condition that marks the decline of the anthropocentrism. Anthropocene is the historical condition in which we became aware of the distance between the idealized rationality that is essential to modern anthropocentrism and the more realistic version of our rationality that is emerging from contemporary empirical studies. In the last few decades, empirical studies in the field of cognitive science and experimental psychology have developed models of rationality that contrast with the more idealized versions of rationality that we have been cultivating since the enlightenment. This contrast is not new. It has been anticipated by Freud and the psychoanalytic tradition in Western culture. What is new is the accumulation of evidence that sustains a more descriptive (less normative) conceptualization of human reason. This more descriptive approach (based on experimental research) of how human reason is called bounded rationality and is the fundamental engine of the decline of the anthropocentrism in accordance with our conception of Anthropocene in this essay.

Keywords: Anthropocene. Anthropocentrism. Human rationality. Bounded rationality.

A imagem que geralmente temos do Antropoceno é algo como o anverso de nossa capacidade de controle da natureza. É uma imagem em que se misturam sinestesticamente cenas de geleiras derretendo com um gosto amargo na boca proveniente da certeza crescente (pelo menos entre os dotados de um bom senso mínimo) de que estamos “ferrados” em relação à questão climática e a culpa é nossa. Neste breve ensaio, pretendemos apresentar o Antropoceno não como ausência de controle da natureza e nosso, por ora, inconveniente destino comum climático neste planeta, mas como uma condição em que descobrimos a distância entre as projeções acerca da racionalidade humana e o resultado de nossas descrições científicas mais acuradas acerca de tal faculdade. Esta descoberta está destinada a impactar o modo como viemos concebendo (dentro do contexto histórico da modernidade e de suas ambições prometeico-emancipadoras) as ferramentas de transformação da realidade social: a economia e a política. O Antropoceno de que tratamos aqui não é especificamente uma era geológica, mas a condição histórica do ocaso do antropocentrismo moderno.

No princípio era a razão ou o bom senso: o antropocentrismo como palco do projeto prometeico da modernidade

“A razão ou o bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada,” esta é uma frase que Descartes alocou na primeira linha do parágrafo inicial do livro inaugural da modernidade filosófica, *O discurso do método* (1973 [1637]). Esta proposição sobre racionalidade é o que vamos denominar ao longo deste texto de “pressuposto da racionalidade”. Ela é a pedra fundamental da imensa catedral da mentalidade moderna. Ela foi a primeira ideia a ser montada e deverá ser a última a ser desmontada na odisseia do antropocentrismo moderno.

Podemos contar a história da modernidade como uma narrativa da emancipação do Homem. Os modernos resgataram aquela velha intuição grega segundo a qual havia ordem no mundo e o Homem, por ser dotado de *racionalidade*, seria capaz de captá-la e optaram por elaborar um projeto prometeico em que obtenção de *conhecimento* seria o caminho para a *autonomia*

humana. Se considerarmos o período moderno como um programa geral de emancipação humana, notamos que nele há três ingredientes básicos: racionalidade, conhecimento e autonomia. Na inter-relação entre estes ingredientes conceituais temos o seguinte esquema do qual lançaremos mão ao longo deste texto para nos referirmos ao período histórico moderno: o projeto prometeico ou o programa de emancipação (que constitui a própria modernidade como período histórico) é a mobilização da racionalidade humana na obtenção de conhecimento que possa nos garantir autonomia. Este esquema pode ser resumido da seguinte forma como se fosse um lema da mentalidade moderna: “razão como princípio, conhecimento como meio e autonomia como fim”.

Notemos então que, se o período moderno é mesmo um grande programa de emancipação humana ou um gigantesco projeto prometeico, então o antropocentrismo é uma maneira de se organizar o palco da nossa cultura que segue as exigências de uma espécie de roteiro geral da modernidade. Neste roteiro estava previsto que o Homem se tornaria autônomo caso pressupusesse a faculdade da racionalidade e, com a confiança inflada por este pressuposto, passasse a sistematicamente investir em conhecimento (inicialmente, filosófico e posteriormente) científico. Foi exatamente o que temos feito com alguma insistência nos últimos séculos. Também de acordo com este roteiro, deveríamos começar a nos representar de forma mais ativa, digna, nobre. Deveríamos começar a pintar um autorretrato em que aparecêssemos como seres dignos de figurarem no centro de tudo. Foi exatamente o que passamos a fazer a partir dos renascentistas. Entretanto, e esta é contradição fundamental na qual nos concentraremos neste breve ensaio, esta autoimagem ativa parecia ser pintada com uma das mãos enquanto era, com a outra, apagada, rasurada, borrada numa violação sistemática das mais sublimes intenções de suas cores e formas.

Dois planos do desfazimento da autoimagem ativa do Homem

Vamos dividir este processo de desfazimento da imagem ativa do Homem em dois planos e apresentá-los de forma sucinta: o plano filosófico e científico. Assim, do modo como gostamos de contar a história da modernidade filosófica (e ensiná-la às crianças e jovens nas escolas), de Descartes a Kant, temos a construção de uma concepção de razão humana altamente potente seguida de uma desconstrução parcial e uma conceitualização de racionalidade limitada. Inicialmente, inflacionamos nossa

faculdade da razão, então recebemos uma lição de humildade do príncipe dos céticos, David Hume, e saímos com uma concepção de razão limitada pela Crítica kantiana. A razão humana pode operar legitimamente apenas dentro de um quadro específico da nossa experiência possível. Em Kant, a razão é limitada, mas ainda guia o projeto de autonomia humana como princípio fundamental. Em Freud, a razão é, pela primeira vez, atingida em sua posição de princípio organizador da utopia prometeica moderna.

Passemos, então, para o plano da ciência. Em paralelo à desconstrução da autoimagem altiva do Homem que acabamos de narrar no campo da filosofia, os desenvolvimentos históricos da modernidade também nos trouxeram exemplares deste processo de desconstrução no campo da ciência. Estes exemplares representaram uma mudança tão forte na nossa visão (ocidental) de mundo e de Homem que não é incomum a eles nos referimos como grandes deslocamentos ou descentramentos. Para designá-los, Freud cunhou a expressão “feridas narcísicas” (FREUD, 1920, p. 246-247).

A primeira das feridas narcísicas é também o ato inaugural da ciência moderna: a revolução copernicana. Copérnico nos retirou do centro do sistema cosmológico aristotélico-ptolomaico e nos colocou na periferia de um sistema planetário heliocêntrico. Não podemos deixar de lembrar que, como complemento a este primeiro golpe desferido contra o orgulho humano, posteriormente, passamos a considerar este sistema planetário mais um dentre muitos outros soltos num universo sem centro ou qualquer tipo de *locus* privilegiado. Pouco mais de três séculos depois de Copérnico, vem a público a teoria evolucionista de Darwin e Wallace com uma nova visão do homem e da natureza. Naquela que é considerada a segunda ferida narcísica, a teoria evolucionista (e o modo como ela concebe o homem e a natureza) nos retirou do topo de uma hierarquia de seres vivos e nos colocou numa posição qualquer dentre a miríade de espécies que pululam neste planeta. De acordo com esta abordagem evolucionista, nós e todos os outros seres vivos somos produto de uma história evolutiva única cujo principal agente é o acaso. Nesta narrativa, fomos feitos à imagem e semelhança de algum antecessor primata. Paremos para ver o saldo. Apenas em trezentos anos de funcionamento da máquina moderna de desmontar fundamentos, já perdemos o *locus* (cosmológico e biológico) privilegiado onde residíamos ou, ao menos, acreditávamos residir (o centro do universo e o topo da criação) e também perdemos a origem nobre que possuíamos ou julgávamos possuir (imagem e semelhança de Deus).

A terceira ferida narcísica é ocasionada pela descoberta de todo um continente conceitual: o inconsciente. O navegador responsável por este “achamento” foi Freud. Para sermos precisos, a ferida, de fato, foi ocasionada pelo papel central que Freud reservou para o conceito de “inconsciente” em sua teoria e na concepção de Homem que emerge de sua obra. A terceira das feridas narcísicas representa um deslocamento tão forte na visão de Homem dentro do pensamento ocidental que seu proponente, para operar tal movimento, teve que construir um método à margem dos padrões metodológicos da ciência moderna. Para Freud, um método que estivesse engessado pelas diretrizes metodológicas das ciências não poderia tratar do que seria o principal objeto de estudo de sua abordagem (nomeada de psicanálise): o inconsciente. É como se a tese central freudiana estivesse no ponto cego. A ciência moderna (fundada sob o império da razão) seria incapaz de trazer à tona justamente o que a estrutura psíquica humana tende a encobrir. A tese de fundo do pensamento freudiano é que “não somos senhores na nossa própria casa”. Por este motivo, consideraremos Freud, nos argumentos que apresentamos neste texto, uma espécie de intersecção entre o processo de desconstrução da altiva autoimagem humana efetuado pela filosofia moderna e a versão deste mesmo processo operado pela ciência moderna. Freud é uma espécie de espaço intersticial entre as capacidades críticas da filosofia e da ciência, ambas mobilizadas dentro do projeto prometeico-emancipador moderno para sistematicamente minar as bases da concepção de Homem criada para alimentar este mesmo projeto.

Antes de Freud e ao longo de todo período moderno, era apenas no campo filosófico que se viam golpes desferidos diretamente contra a racionalidade para estabelecer-lhe os limites. Seguindo a reação empirista à concepção de razão do início da modernidade filosófica, parece realmente termos ido bem longe, parece que chegamos ao ponto de (quase) solapar as bases da racionalidade que sustentam o conhecimento científico (em seu papel de meio na busca da autonomia). No modo como geralmente contamos a história da filosofia moderna, Hume nos é apresentado como aquele que retirou o princípio da causalidade de seu *locus* nobre (uma espécie de pira olímpica da racionalidade) e o colocou sobre o solo movente de nossos hábitos e instintos (uma espécie de lamaçal da animalidade), movimento cuja radicalidade abriu caminho para a síntese kantiana que, por sua vez, resultou na concepção de razão humana limitada. Notemos, entretanto, que em Freud há confluência destes dois rios cuja força das águas veio destruindo a altiva autoimagem do homem que vinha sendo construída desde os primeiros dias da Idade Moderna.

Em Freud, os efeitos mais gerais da crítica empirista (ao racionalismo cartesiano) que desembocaram na síntese kantiana e na visão de razão limitada se juntam aos deslocamentos operados pela ciência moderna no campo da cosmologia e da Biologia que desembocaram na visão científica e desencantada do Homem e da natureza. O movimento teórico freudiano de colocar a racionalidade humana no segundo plano (ao trazer para o proscênio os impulsos) é um passo fundamental para entendermos o destino do antropocentrismo moderno nessa condição, nesse mal-estar contemporâneo que viemos mais recentemente chamando de Antropoceno. Freud é o primeiro passo no movimento de estabelecimento da tese segundo a qual a razão humana pertence definitivamente ao reino biológico. Não há centelha divina. Nunca houve tocha roubada dos deuses.

A racionalidade limitada e a corrosão de fundamentos

Embora seja comum enfatizar a contraposição entre o que afirmam, por um lado, as teorizações freudianas sobre o inconsciente e a estrutura psíquica humana e, por outro lado, as pesquisas contemporâneas sobre cérebro e mente no campo das ciências cognitivas e neurociência, gostaria de apontar para convergências. Tanto num caso como no outro o resultado é uma crítica que nos apresenta claras limitações da racionalidade. Além de apontar convergências, quero focalizar nas consequências desse movimento crítico. Freud e as ciências contemporâneas da mente e do cérebro nos deixam com uma imagem de racionalidade humana tão limitada que fica difícil cumprir o programa prometeico pensado pelos modernos. O grande imbróglio é que essa racionalidade altamente limitada é fator mediador indispensável em dois campos da experiência humana essenciais para o projeto prometeico moderno: a Economia e a Política. Vejamos esta questão mais de perto.

Como diagnosticado por Nietzsche há mais de um século (cf. NIETZSCHE, 2012 [1882]), a ciência tende a corroer os fundamentos de nossas crenças, mesmo daquelas mais arraigadas e cuja profundidade das fundações nos dão mais segurança e conforto. Como no caso específico desta terceira ferida o poder corrosivo do conhecimento científico está voltado contra a própria racionalidade humana, encontramos uma situação paradoxal em que o impulso de racionalidade nos leva a descobertas que tendem a minar nossa confiança (inicialmente exagerada) na razão.

As capacidades cognitivas humanas associadas à racionalidade estão muito aquém do que as projeções antropocêntricas nos fizeram crer, sobretudo as projeções iluministas. O coração da maioria de nossas teorias econômicas é composto por uma visão idealizada da racionalidade

humana. No pressuposto do “agente racional”, o indivíduo age e toma decisões de forma consciente e de modo otimizado (sempre minimizando perdas e maximizando ganhos). Estas teorias têm uma natureza normativa. Elas projetam um ideal que deveria servir para guiar a interpretação das observações empíricas dos cientistas. Entretanto, o problema é que as observações e os dados empíricos nos dizem que o comportamento normal dos seres humanos passa muito longe do padrão projetado. Aos poucos estes modelos teóricos normativos vêm sendo substituídos por modelos mais descritivos. Encaminhem-nos para alguns desses casos.

Na área das ciências econômicas, por exemplo, o campo da chamada economia comportamental vem anunciando mudanças profundas na visão científica do agente econômico. A maioria das pesquisas atuais tem origem na abordagem da racionalidade limitada (*bounded rationality*), desenvolvida ainda na década de 1970 pelo cientista político Herbert Simon (1982) para explicar tomada de decisões no âmbito administrativo. Depois da pesquisa pioneira de Simon e da concepção de racionalidade limitada, dois textos geralmente são considerados outros dois grandes marcos da economia comportamental: o artigo “Teoria da perspectiva: uma análise da decisão sob risco” (*Prospect theory: an analysis of decision under risk*), publicado pelos psicólogos Amos Tversky e Daniel Kahneman (1974) e o artigo “Rumo a uma teoria positiva da escolha do consumidor” (*Toward a positive theory of consumer choice*), publicado por Richard Thaler (1978). Estes cientistas desenvolveram modelos teóricos para “dar conta” dos dados que começaram a aparecer nos experimentos revelando uma indisfarçável tendência à irracionalidade na tomada de decisões. Muitos dos processos que desembocam na tomada da decisão são inconscientes e estão fora do radar da crítica lógica do indivíduo. Estes modelos descritivos tendem a levar ao chão a pressuposição básica de agência racional que encontramos no *mainstream* das teorias econômicas (que se baseiam em modelos mais normativos) ainda hoje. Neste início do século XXI, o acúmulo de dados empíricos (retirados de observações e experimentos) no campo da economia comportamental começa a desenhar um retrato muito mais humilde da racionalidade humana do que aquele projetado pelo otimismo e antropocentrismo iluministas. Um sinal de que uma visão mais comedida das capacidades cognoscitivas do ser humano vai se estabelecer nas ciências econômicas é o fato de que todos estes teóricos foram agraciados com o prêmio Nobel de Economia (ainda que o único economista de formação seja Thaler). Herbert Simon recebeu o prêmio em 1978, Amos Tversky e Daniel Kahneman em 2002 e Richard Thaler, em 2017.

Entretanto, não é só o campo das ciências econômicas que é assombrado pelo espírito da irracionalidade, aterrorizado pelo fantasma do inconsciente (não controlável, porém controlador). A política é outro nobre campo da experiência humana que aguarda ansiosamente o momento em que a marreta das ciências positivas vai reduzir a cacos suas projeções (mais otimistas) e ilusões herdadas do iluminismo. Nesta área atualmente, as descobertas estão longe de se imporem com a mesma força que a economia comportamental (acima aludidas). Porém, acreditamos que a tendência seja a mesma. Por exemplo, em pesquisas a respeito de tomada de decisão em âmbito político, descobrimos que objetos expostos no local em que está instalada a cabine de votação e que aparentemente não têm relação direta com o processo eleitoral interferem na decisão de voto do eleitor (cf. RUTCHICK, 2010). Neste caso específico, os pesquisadores descobriram que os eleitores que votavam em cabines instaladas em igrejas onde, por exemplo, tinha acesso visual a imagem de santos e de cruzes tendiam a escolher candidatos de matriz ideológica conservadora. Os pesquisadores perceberam que, nestes locais, estes candidatos obtinham uma grande quantidade de votos mesmo que o estado tenha histórico de voto (e tenha efetivamente votado) no outro partido (de outra matriz ideológica) - cf. também Berger, Meredith e Wheeler (2008). Em outra pesquisa, de resultado desprestigiante para a racionalidade humana, descobrimos que a estrutura da face de candidatos interfere na decisão de voto (cf. TODOROV; MANDISODZA; GOREN; HALL, 2005).

Aqui se coloca a questão, “qual o problema em descobrirmos que somos menos racionais do que nossas mais otimistas projeções iluministas nos faziam supor?” Afinal, Freud já havia nos alertado. As ciências cognitivas e neurociências apenas estão confirmando. O problema pode ser apresentado em duas partes. Uma delas é o grau, i.e., o quão distante está nossa racionalidade daquela que é projetada por nossas teorias. A segunda parte do problema é a posição que a racionalidade ocupa nas utopias modernas. Utopias são aqueles sonhos que são sonhados com a face voltada para o chão da história. Nos últimos séculos, não nos contentamos em sonhar com a emancipação, mas arranjamos maneiras de fazer com que nossas projeções caibam na realidade.

Duas das maiores ideologias políticas produzidas na modernidade, o liberalismo e o socialismo, identificam no campo da política ou da economia (ou em ambos) o espaço onde a ação humana, devidamente criticada pela racionalidade, pode construir o que a mente humana for capaz de imaginar. De um lado, a democracia liberal pressupõe um espaço de livre expressão e circulação de ideias onde indivíduos inteligentes, racionais,

conscientes podem discutir com propriedade os assuntos vitais que dizem respeito ao destino comum do grupo (da sociedade). De outro lado, a chegada à sociedade sem classes pressupõe que um agente histórico tome consciência de sua situação e seu papel na história e, assim, possa construir conscientemente o próximo modo de produção de forma a fazer com que este não “caia” no mesmo problema de todos os seus antecessores (a saber, distribuir de forma desigual os elementos da atividade produtiva e gerar contradição interna nesta sociedade). O progresso histórico conforme concebido pela mentalidade moderna (especificamente pelo iluminismo) sempre teve como princípio fundante a racionalidade. Esta é uma projeção central ao antropocentrismo moderno. É, deve-se enfatizar, uma expectativa excessivamente otimista. O grande inconveniente desta projeção otimista é que se esquecem de combinar com o aparato cognitivo humano. O drama político-econômico do Antropoceno como condição histórica de desmonte do antropocentrismo moderno é justamente este. O processo de desfazimento do autorretrato altivo do Homem deve atingir em cheio as ferramentas que concebemos para transformar a realidade humana.

O que fizemos para merecer um cérebro tão vulnerável?

Os problemas que viemos descobrindo a respeito do comportamento cognitivo humano dentro do campo econômico e político estão começando a desenhar uma imagem da racionalidade muito aquém do que projetávamos. Porém, isto não significa que nossas habilidades cognitivas não sejam singulares. A descoberta, agora com ares de conhecimento científico, de nossa “razão pedestre” não significa um rebaixamento em relação às capacidades que observamos em outras espécies. Significa apenas que nossas utopias modernas (sobretudo no campo da política e economia) fizeram projeções exageradas. Significa talvez que seja difícil, tocando as raias do impossível, fazer política e economia conforme imaginávamos. Isto deve nos levar a repensar esses campos. Uma revisão de como os pensamos e como neles agimos. O século XXI terá que encontrar alguma resposta para pergunta “será possível a democracia com cérebro de savana?” Embora grande parte da história humana não nos dê o direito de sermos otimistas em relação a regimes políticos, devemos sê-lo. Façamos votos que sim, que haja espaço para regimes democráticos no século XXI, ainda que seja na forma de “ideal rebaixado”, “horizonte rasteiro”. Algo como uma *democracia pedestre*. Ou ainda algo como uma *democracia para racionalidade limitada* (uma variante de *democracy for dummies*).

Quando tratamos das limitações da racionalidade reveladas por pesquisas científicas contemporâneas, duas perguntas vêm à mente: (1) como mantivemos por tanto tempo uma imagem tão caricata da razão humana? (2) por que temos um cérebro tão vulnerável? Não teremos espaço para desenvolver este assunto aqui, mas é provável que uma resposta adequada à primeira pergunta passe pela tese de que esta imagem sempre foi na verdade um “ideal normativo”, um “tipo ideal”, uma “fórmula de procura”. Uma resposta inadequada, mas não menos verdadeira, seria afirmar que Descartes e também alguns iluministas carregaram na tinta no momento de tratar de nossa racionalidade, pois simplesmente não tiveram acesso à internet, nunca participaram de debates políticos em redes sociais, tampouco leram caixas de comentários de *sites* noticiosos ou assistiram vídeos de filosofia no *YouTube*. A internet é uma bênção. Um experimento em larga escala que produz obstinadamente, tal como se fosse uma fábrica desvairada, uma quantidade inacreditável de contra-exemplos da tese elementar “Todo humano é racional”. Cursos e livros de lógica terão que ser repensados também.

Já a resposta à segunda pergunta acima irá nos tomar o resto de espaço que temos neste texto. Nosso cérebro é uma joia evolutiva, uma pedra preciosa moldada por longuíssimos períodos de tempo. Deve-se enfatizar que estas vulnerabilidades só ganham destaque quando o observamos da perspectiva de nossas utopias modernas. Porém, antes vejamos no que consistiriam estas alegadas vulnerabilidades. De fato, tem sido bem comum nas últimas décadas aparecerem pesquisas e experimentos que revelam que o cérebro humano está submetido a uma inacreditável quantidade de erros sistemáticos, os chamados vieses. Fechemos o foco nessa questão.

Consideremos que há dois tipos básico de erros: um no qual identificamos a presença de um padrão que, na verdade, não existe (no estímulo) e outro no qual deixamos de identificar a presença de um padrão que, de fato, existe. O primeiro desses erros é o que denominamos de “falso positivo” e o segundo, “falso negativo”. No primeiro desses erros, a falha está em considerar um determinado estímulo (ou conjunto de estímulos) como um *padrão significativo*. No segundo desses erros, a falha está em se considerar um determinado estímulo (ou conjunto de estímulos) como um *padrão não significativo*. A questão é que nosso aparato cognitivo “foi organizado” (pela evolução) de forma a funcionar com uma inclinação ao primeiro tipo de erro. Vejamos esta questão explicada pelo psicólogo comportamental Dylan Evans:

Psicólogos identificaram muitos sistemas cognitivos nos quais estes erros [falso positivo e falso negativo] não estão randomicamente distribuídos, mas sistematicamente inclinados em uma direção (HASELTON e NETTLE, 2006). Ou seja, ao invés de fazerem um número igual de cada tipo de erro, muitos sistemas cognitivos fazem mais erros de um tipo do que de outro. Por exemplo, os mecanismos psicológicos para identificar padrões são enviesados para o falso positivo; É mais provável que se veja um padrão no que, de fato, é uma série randômica do que confundir ordem com caos. Um exemplo clássico é o chamado “efeito de agrupamento” [*clustering effect*] no qual as pessoas têm maior probabilidade de confundir uma sequência randômica de lançamento de uma moeda do que o contrário.

Evidências experimentais sugerem que há vieses similares em mecanismos cognitivos responsáveis por identificar relações causais e agentes intencionais. Ou seja, que é mais provável imaginar que as coisas são causalmente relacionadas quando elas não são do que o contrário, e é mais provável ver um agente intencional onde não há nenhum do que falhar em ver um onde, de fato, há um agente intencional. (EVANS, 2012, p. 336, tradução nossa)

Não é difícil encontrarmos hoje dia, cientistas que utilizem estas descobertas acerca de vieses referentes à causalidade e agenciamento para afirmar terem encontrado uma explicação “naturalística” para as superstições, mitos e religiões. Neste início de século XXI, será cada vez mais comum nos depararmos com cientistas que afirmam terem encontrado (terem “isolado”) a base física, química, neuronal, biológica etc. de determinados comportamentos que outrora classificávamos como “culturais” (i.e., constituídos histórica e culturalmente). Não sabemos bem o que se quer dizer com a expressão “a base de...”. Há uma grande distância entre tais propensões individuais e fenômenos coletivos como religiões. Esta explicação naturalística deve dar conta dessa distância. Há, por exemplo, camadas e camadas simbólicas separando os pombos supersticiosos de Skinner (que dão meia volta antes de apertar com o bico o botão, pois “acreditam” que esta ação desencadeia um resultado que lhe é benéfico) e a experiência e instituições religiosas humanas. As pesquisas precisam avançar; e abordagens teóricas novas precisam surgir para cobrir a distância acima referida. Não vamos entrar nesse debate neste espaço. Por ora, apenas queremos chamar atenção para a *sistematicidade* desses erros que viemos chamando de vieses.

Já devemos estar perto de uma centena de vieses descritos e estudados (muitos deles com inumeráveis replicações experimentais). Há dentre essa quase-centena um viés que se destaca no âmbito que é o enfoque deste texto: o viés de confirmação. Dentro do campo da epistemologia, especificamente no problema a respeito da formação/fixação de crenças,

este é uma espécie de viés-mor. O viés de confirmação pode ser resumido como uma tendência em nos escondermos de evidência contrária ao que acreditamos e apenas nos “expormos” a evidências favoráveis (cf. KAHNEMAN, 2011, p. 80-81; NICKERSON, 1998). Nosso cérebro é *naturalmente* antipopperiano. Epistemologicamente somos avestruzes². A pergunta imediata é: como, então, fazemos ciência? Uma resposta responsável nos levaria para longe do tema, mas podemos ensaiá-la em poucas linhas (e nos comprometemos com o leitor em apresentá-la em outra oportunidade). Em primeiro lugar, a ciência é uma atividade coletiva. O sujeito cognoscente do conhecimento científico não é o indivíduo, mas a comunidade científica³. Em segundo lugar, fazer ciência e pensar cientificamente parecem ser atributos de atividades profissionais muito especializadas e, mesmo no caso de cientistas profissionais, não é incomum que tais atributos sejam observados apenas em contextos muito específicos. Há uma notável dificuldade em se “distribuir mentalidade” científica por porções mais vastas da população e em contextos externos ao ambiente acadêmico. Seja qual for a causa mais imediata dessa dificuldade, é possível afirmar que o viés de confirmação é um fator importante. Dadas nossas aspirações prometeicas, pode-se dizer que é uma verdadeira tragédia epistemológica a descoberta da centralidade do viés de confirmação na nossa vida cognitiva normal e da dificuldade que temos em contorná-lo mesmo depois de anos de treinamento dentro de sistemas educacionais.

A quantidade e a força desses vieses (que geram propensão a erro) são tão grandes que levaram os cientistas a desconfiarem que a tal faculdade da razão tivesse, de fato, evoluído para representar o mundo e nos ajudar a estruturar argumentos e raciocínios válidos e bem fundamentados. Então, reformulemos a pergunta-título desta seção: por que a evolução selecionaria uma capacidade de raciocínio tão furada, tão propensa ao erro? O cientista cognitivo Hugo Mercier e o antropólogo e linguista Dan Sperber construíram o que denominaram de teoria argumentativa acerca da origem da capacidade racional humana. Vejamos, então, o resumo do artigo em que Mercier e Sperber apresentam a teoria argumentativa.

2 Esta imagem é falsa. Avestruzes não escondem a cabeça na terra quando encontram uma situação de perigo. Em todo o repertório comportamental animal para situações de perigo que já foi estudado e descrito, não se tem notícia de uma estratégia que consistiria em apenas “esconder a cabeça num buraco”.

3 Cf. teses de Charles S. Peirce acerca do conceito de comunidade dentro do âmbito da epistemologia (Peirce, 1978 [parágrafo 311 do volume 5 dos *Collected Papers*]) e a expressão “comunidade cognitiva” da filósofa peirceana (também norte-americana) Susan Haack (1982).

O raciocínio é geralmente compreendido como um meio para melhorar o conhecimento e tomar decisões. Entretanto, muitas evidências mostram que o raciocínio geralmente a leva a distorções epistêmicas e decisões ruins. Isto sugere que a função do raciocínio deve ser repensada. A nossa hipótese é que a função do raciocínio é argumentativa. Sua função é de desenvolver e avaliar argumentos intencionados a persuadir. Dadas a excepcional dependência que humanos têm da comunicação e da vulnerabilidade decorrente de problemas de ordem comunicacional e interpretativa, a racionalidade concebida desta forma é adaptativa. Uma grande quantidade de evidências na psicologia do raciocínio e da tomada de decisão podem ser reinterpretadas e melhor explicadas à luz desta hipótese. Desempenhos ruins em testes padronizados de raciocínio podem ser explicados pela ausência de contexto argumentativo. Quando os mesmos problemas são colocados de uma configuração propriamente argumentativa, as pessoas se saem como habilidosas argumentadoras. Habilidosos argumentadores, entretanto, não estão procurando a verdade, mas procurando argumentos para sustentar seus pontos de vista. Isto explica o notório viés de confirmação. Este viés não é aparente apenas quando as pessoas estão argumentando, mas também quando as pessoas estão raciocinando de forma proativa tendo que defender suas opiniões. O raciocínio motivado desta forma pode distorcer avaliações e atitudes e permitir que crenças errôneas persistam. Raciocínio utilizado de forma proativa também favorece decisões que são fáceis de justificar, mas não necessariamente melhores. Em todos estes casos tradicionalmente descritos como fracassos ou falhas, o raciocínio faz exatamente o que se espera de um dispositivo argumentativo: procura por argumentos que sustentem uma dada conclusão, e, *ceteris paribus*, favorece conclusões para as quais podem ser encontrados argumentos. (MERCIER; SPERBER, 2011, p. 57, tradução nossa)

Esta é uma abordagem teórica que ainda terá um longo caminho pela frente. Entretanto, ela é coerente com a linha geral de explicações evolucionárias para fenômenos cognitivos. E, além disso, a abordagem de Mercier e Sperber consegue acomodar aqueles dados sobre vieses que, a partir da perspectiva tradicional, aparecem como erros, falhas e inconsistências da racionalidade humana. Dentro do âmbito explicativo da hipótese de Mercier e Sperber, a racionalidade humana teria sido desenvolvida para uma função muito menos nobre do que aquela que figurava na explicação tradicional. Ao contrário do que nos faz crer a explicação tradicional, a racionalidade não foi um traço selecionado evolutivamente no caso dos humanos, porque ela nos garante meios eficientes de buscar a verdade, meios eficientes de representação do mundo externo. Ela simplesmente é um meio eficiente de convencer os outros em contextos argumentativos.

Dentro do âmbito da epistemologia, grande parte dos conceitos e ideais que enchemos a boca para falar como *Verdade*, *Validade*, *Objetividade* e *Representação* (do mundo externo) passa longe do “escopo” das pressões seletivas. A importância que possuem estes conceitos em nos-

sas teorias do conhecimento (constituídas dentro da tradição filosófica, principalmente a moderna) não reflete a posição que a Biologia evolucionária e outras disciplinas científicas encontram para eles em suas teorizações. A importância de que gozam estes conceitos nos contextos acima mencionados refletem mais os interesses embutidos em nossos discursos modernóides acerca de nós mesmos e nossas capacidades do que verdades profundas e atemporais sobre a natureza humana. A evolução não tem compromisso com os pressupostos de nossos projetos prometeicos. O cenário contemporâneo tem se mostrado bastante revelador. É com verdadeiro horror e como se testemunhassem a ocupação bárbara do Império Romano que alguns acadêmicos, incrustados em suas torres-de-marfim, vivenciam esses “dias de pós-verdade” e suas consequências políticas. A internet (esse gigantesco experimento científico-filosófico-estético-ético-lógico-existencial) veio para lhes provar que, para a esmagadora maioria das pessoas na indiscutível maioria das situações, a verdade não tem muita importância. A internet também não tem compromisso com pressupostos de projetos prometeicos quaisquer. Este é um dos principais problemas com a cristalização de ideais normativos. Ficamos os últimos séculos supondo que nossa racionalidade cumpria uma função exageradamente nobre e agora parecemos encontrar notável dificuldade em abandonar esta ilusão conveniente. Deixamos de acreditar na letra do mito prometeico, mas mantivemos a inspiração oferecida pelo seu espírito.

A figura do idiota no horizonte do processo de desfazimento da autoimagem altiva do Homem

À medida que abandonamos abordagens baseadas em projeções e ideais normativos e entramos num terreno mais descritivo começa a ganhar contorno uma concepção tão limitada de racionalidade que repetidamente esfregamos os olhos para garantir que eles não estão nos enganando. Passada a fase de incredulidade e de negação da morte de uma autoimagem que era boa demais para ser verdade, começamos a tirar consequências dessa nova concepção de Homem. Forma-se, então, na nossa retina a figura de um ser humano apequenado, suscetível. Tutelado, acima de tudo, tutelado. Confinado a um estado de menoridade. Sem emancipação à vista. Indivíduo cujo raciocínio é enviesado tal como se fosse evolutivamente programado para sempre encontrar respostas erradas. Ver sinal em muitas situações em que há apenas ruído. Projetar padrões em muitas situações que inexistem (aqueles) padrões (projetados).

Como se não bastasse a propensão ao erro, este é um indivíduo que, depois de fixada crença, tende a sistematicamente escondê-la de evidências contrárias, o que significa que, caso sua crença tenha sido baseada num erro (o que não é incomum), ele simplesmente parece não estar inclinado a reconhecer o problema. Um verdadeiro avestruz epistemológico. Este é um indivíduo que sistematicamente viola o lema iluminista “ouse saber”. Seu lema é “procure se esconder”. “Acovarda-se’ diante do saber”. Não é, de fato, covardia, pois não parece que esteja envolvida escolha, decisão, deliberação consciente. Este é um indivíduo que desconhece e não pode vir a conhecer grande parte do que se passa na sua cabeça, preside suas decisões e guia suas ações; a maior parte do que passa pela sua cabeça está longe do radar da consciência e muito aquém da crítica lógica e racional. Estamos começando a ter, pelas lentes da ciência, contato visual com o antípoda do Homem projetado pelos iluministas. Estamos começando a delinear, de baixo para cima, a partir de dados coletados da Física, da Química e da Biologia, uma concepção de Homem muito distante daquela com a qual nos acostumamos e que foi construída de cima para baixo, do céu das idealidades projetada para o chão da realidade. Em resumo, este é um Homem que não apenas não é senhor em sua própria casa, mas tem medo de sair dela. Esta é a figura de um indivíduo que não apenas desconhece muito do que se passa no seu mundo interior como sistematicamente se recusa a se expor ao mundo exterior. Em uma palavra, esta é a figura do idiota.

Esta abjeta figura emerge no horizonte como resultado dos estágios finais do desfazimento da autoimagem altiva que viemos pintando desde os renascentistas. Este é o mais novo resultado, uma singela cortesia, de 500 anos de funcionamento da máquina transloucada de desmontar fundamentos, a ciência. O resultado destes cinco séculos de investimento em conhecimento científico e elucubrações filosóficas pode ser resumido nas seguintes negativas: não estamos no centro do Universo; não estamos no topo da hierarquia de seres vivos; não somos tão racionais quanto julgávamos. Embora esta última negativa tenha sido formulada inicialmente por Freud com um método constituído às margens da ciência, as linhas gerais do pensamento freudiano e principalmente a lição de humildade dele decorrente (outrora, considerado uma afronta à ciência e à razão) agora visitam pesquisas e estão presentes em teses, todas realizadas sob o manto da mais rigorosa mentalidade científica positivista.

De acordo com o projeto prometeico-emancipador moderno, sobretudo naquelas versões posteriores ao século das Luzes, a Economia e a Política seriam os instrumentos de transformação que deveriam nos permitir construir o paraíso na Terra, construir uma sociedade em que

os indivíduos obtivessem um grau máximo de autonomia. O problema é que para manusearmos tais instrumentos conforme o manual deveríamos exibir faculdades que simplesmente não possuímos. Quando os designers do projeto prometeico pensaram a modernidade, eles o fizeram a partir de uma projeção exagerada, caricata. E agora que estamos começando a pintar um autorretrato em que aparecemos como uma estranhíssima espécie, algo como um avestruz epistemológico de cérebro antipopperiano? E agora?

Referências

- BERGER, Jonah; MEREDITH, Marc; WHEELER, S. Christian. Contextual priming: where people vote affects how they vote. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 105 n. 26, p. 8846-49, 2008.
- DESCARTES, René. *O discurso do método*. Tradução: J. Guinsburg e B. Prado Júnior. Col. Os Pensadores (volume XV). São Paulo: Abril Cultural, 1973 [1637].
- EVANS, Dylan. The third wound: Has psychology banished the ghost from the machine? Em: STUMP, J. B.; PADGETT, Alan G. (eds.). *The Blackwell companion to Science and Christianity*. Oxford: Blackwell, 2012.
- FREUD, Sigmund. *A general introduction to psychoanalysis*. Trans. G. Stanley Hall. New York, NY: Boni and Liverights, 1920.
- HAACK, Susan. Descartes, Peirce and the cognitive community. *The Monist*, v. 65, n. 2, p. 166-71, 1982.
- HASELTON, Martie G.; NETTLE, D. The paranoid optimist: an integrative evolutionary model of cognitive biases. *Personality and Social Psychology Review*, v. 10, n. 1, p. 47-66, 2006.
- KAHNEMAN, Daniel. *Thinking fast and slow*. London: Penguin Books, 2011.
- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.
- _____. Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979.
- MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. Why do humans reason? Arguments for an argumentative theory. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 34, p. 57-111, 2011.

NICKERSON, Raymond S. Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology*, v. 2, n. 2, p. 175-220, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1882].

PEIRCE, Charles Sanders. *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. v. 1-6, HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul (eds.); v. 7-8, BURKS, Arthur (ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58.

RUTCHICK, Abraham M. Deus ex machina: the influence of polling place on voting behavior. *Political Psychology*, v. 31, n. 2 (April), p. 209-225, 2010.

SANTAELLA, Lucia. *Estética: de Platão a Peirce*. São Paulo. Ed. Experimento, 1994.

SIMON, Herbert. *Models of bounded rationality*, 2 vols. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

THALER, Richard. Toward a positive theory of consumer choice. *Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 1, p. 39-60, 1980.

THALER, Richard; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness*. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.

TODOROV, Alexander, MANDISODZA, Anesu N., GOREN, Amir; Hall, Crystal C. Inference of competence from faces predict electoral outcomes. *Science*, v. 308, p. 1623-1626, 2005.